



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo:
Auditor Sênior

026
NÍVEL SUPERIOR

Prova Objetiva
Aplicação: 2/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém vinte questões objetivas corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto no resultado de questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/9/2002.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- 1 5/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- 11 4 a 5/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- 18 18/11/2002 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos) — no Diário Oficial do Estado do Paraná, nos locais mencionados no item 1, no AAJ de estrada da PARANAPREVIDENCIA e no endereço eletrônico <http://www.pr.gov.br/paranaprevidencia> — do resultado final da prova objetiva, de convocação para a avaliação de títulos para os cargos de níveis superior e médio e do final do processo seletivo para os cargos de nível fundamental.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de concessão de recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/9/2002.
- Informações relativas ao processo seletivo poderão ser obtidas pelo telefone: (0XX)-61-445-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 20, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

A PARANAPREVIDÊNCIA é um ente de cooperação governamental do estado do Paraná para o cumprimento de suas obrigações de seguridade funcional e tem por finalidade gerir o respectivo sistema, segundo o regime de benefícios e serviços previstos na Lei estadual n.º 12.398/1998. Com relação à estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens seguintes.

- 1 O Conselho de Administração figura como órgão superior de gerenciamento, normatização e deliberação na estrutura organizacional da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 2 A PARANAPREVIDÊNCIA sucederá o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) em todos os processos judiciais em que este figure como parte, inclusive litisconsorte, assistente ou oponente.
- 3 O presidente do Conselho Fiscal e o presidente do Conselho de Administração serão de livre escolha do diretor-presidente da PARANAPREVIDÊNCIA.
- 4 O diretor ou conselheiro que, durante o seu mandato, perder a condição de segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, se esta houver sido requisito de investidura no cargo, deverá concluir seu mandato caso falte menos de dois anos para o seu final.
- 5 Um servidor público do estado, para poder ser indicado como membro do Conselho de Administração, deverá contar com, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício em cargo público estadual.

QUESTÃO 2

Acerca do Plano de Benefícios previsto na Lei estadual n.º 12.398/1998, julgue os itens a seguir.

- 1 Um professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério no ensino superior terá seus requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos para aposentadoria por tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.
- 2 Toda servidora terá direito à aposentadoria voluntária por implemento de idade ao completar 55 anos de idade.
- 3 A partir da data do óbito, o benefício de pensão por morte de segurado da PARANAPREVIDÊNCIA será devido a sua esposa.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Adriane recebe pensão por ausência pelo desaparecimento de seu marido, Paulo, que é segurado da PARANAPREVIDÊNCIA.
Nessa situação, caso Paulo reapareça, Adriane estará desobrigada de reembolsar as quantias recebidas.
- 5 Caso um segurado da PARANAPREVIDÊNCIA esteja preso, sua esposa terá o benefício de pensão por prisão suspenso, se o segurado fugir da prisão.

QUESTÃO 3

A respeito das contribuições previdenciárias, julgue os itens abaixo.

- 1 Um servidor ativo, titular de cargo efetivo, que, em 1998, contava com 55 anos de idade tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para compor o Fundo de Previdência.
- 2 Uma servidora ativa, titular de cargo efetivo, que em 1998 contava com 42 anos de idade, tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para a composição do Fundo Financeiro.
- 3 Um servidor, ocupante exclusivamente de cargo comissionado no governo do estado do Paraná, deverá ter sua contribuição previdenciária retida e repassada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 4 Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública da União, onde é segurado do regime próprio dos servidores públicos federais, terá sua contribuição destinada ao regime de origem.
- 5 Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública de um município que não possua regime próprio de previdência para seus servidores, terá sua contribuição destinada ao INSS.

QUESTÃO 4

Julgue os itens a seguir, relativos ao estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 A PARANAPREVIDÊNCIA tem sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do estado do Paraná.
- 2 Em outros estados federados, a instituição não poderá credenciar representantes.
- 3 O exercício financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA inicia-se em março.
- 4 A PARANAPREVIDÊNCIA vincula-se, como ente de cooperação governamental, ao secretário especial para assuntos de previdência.
- 5 A PARANAPREVIDÊNCIA tem por finalidade gerir o sistema de seguridade funcional do estado do Paraná.

QUESTÃO 5

Julgue os itens a seguir, relativos ao Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 É integrado por dez conselheiros efetivos e cinco suplentes.
- 2 Todos os conselheiros são escolhidos pelo governador do estado.
- 3 O presidente do conselho tem voz e voto, inclusive o de desempate.
- 4 O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses.
- 5 Uma pessoa com formação de nível médio poderá ser conselheiro de administração se tiver reconhecida capacidade em seguridade.

Nas questões de 6 a 8, que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 6

Acerca da Internet, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.

Ao acessar o *site* da PARANAPREVIDÊNCIA por meio de um *browser*, Rogério encontrou à sua disposição diversos *hyperlinks* e, ao clicar com o botão esquerdo do *mouse* esses *hyperlinks*, diversas informações e outras páginas do *site* foram obtidas.

Nessa situação, é correto concluir que as páginas acessadas por Rogério foram desenvolvidas utilizando-se a linguagem de marcação denominada HTML.

- ❷ O *relay chat* é um recurso da Internet que permite a troca de informações textuais *online* entre usuários.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.

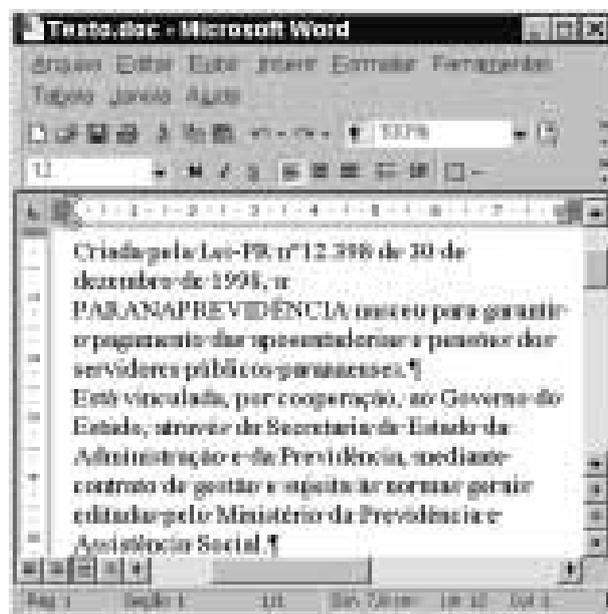
Após uma pesquisa na Internet, em busca de informações para um trabalho escolar, José acessou uma página contendo diversas figuras. Utilizando recursos de copiar e colar, José tentou copiar e colar uma figura dessa página em um documento Word, no qual vinha digitando seu trabalho.

Nessa situação, José não obterá êxito, pois é impossível copiar e colar figuras dispostas em páginas da Internet. José somente poderia utilizar figuras obtidas em páginas da Internet se essas figuras estivessem em arquivos disponíveis para *download*.

- ❹ Devido à largura de banda disponível na Internet, é impossível o *download* de arquivos de áudio pela Internet.
- ❺ O Internet Explorer é um exemplo de *site* de busca na Internet.

Texto I – questões 7 e 8

Na janela do aplicativo Word 2000, mostrada na figura abaixo, observa-se parte de um documento em processo de edição, contendo texto extraído do site <http://www.pr.gov.br>.



QUESTÃO 7

Considerando a figura incluída no texto I, julgue os itens que se seguem, acerca do Word 2000.

- ❶ Para centralizar o trecho do documento iniciado por “Está” e terminado por “Social.”, é suficiente clicar sobre qualquer palavra desse trecho e, a seguir, clicar
- ❷ Pela figura mostrada, é correto afirmar que diferentes documentos estão sendo editados na seção atual do Word 2000. Para se visualizar um desses documentos é suficiente clicar sucessivamente o botão
- ❸ Para se inserir uma linha em branco após o parágrafo terminado em “paranaenses.”, é suficiente clicar imediatamente antes da palavra “Está” e, a seguir, teclar
- ❹ Para excluir do documento a palavra “gerais”, é suficiente aplicar um clique duplo sobre essa palavra e, a seguir, teclar
- ❺ Caso se selecione um trecho do documento, é possível imprimir apenas esse trecho selecionado, utilizando-se a opção Imprimir, encontrada no *menu*

QUESTÃO 8

Ainda considerando a figura incluída no texto I e acerca do Word 2000, julgue os itens abaixo.

- ❶ Para se alterar recuos e espaçamento do parágrafo iniciado por “Criada”, é suficiente clicar sobre qualquer palavra desse parágrafo e, a seguir, definir os valores desejados na opção Parágrafo, existente no menu .
- ❷ Por meio da opção Quebra, disponível no menu , é possível a inserção de uma quebra de página no documento.
- ❸ Com o auxílio do menu , é possível acessar uma caixa de diálogo que permite a abertura de um documento Word armazenado em disquete.
- ❹ No menu , tem-se acesso à opção Ortografia e gramática, utilizada para verificar se o documento ativo possui erros de grafia e de gramática.
- ❺ Para visualizar na tela do monitor a aparência do arquivo Texto.doc quando impresso, é suficiente clicar o botão .

QUESTÃO 9

Considerando a legislação que regula o certificado de regularidade previdenciária (CRP), julgue os itens abaixo.

- ❶ O CRP é o documento que comprova a regularidade do regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo perante o RGPS do INSS.
- ❷ O CRP será fornecido pelo MPAS, por meio da sua página na Internet, tendo validade por 180 dias e possuindo numeração única.
- ❸ O CRP é exigido, entre outras, nas seguintes situações: na realização de transferência voluntária de recursos da União, excetuadas as relativas às ações de educação, saúde e assistência social; na liberação de recursos, empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; no pagamento da compensação financeira devida pelo RGPS.
- ❹ Na fase inicial de emissão do CRP, entre outros aspectos, os regimes próprios estavam sendo avaliados com relação ao cumprimento dos seguintes critérios, conforme previsto na Lei n.º 9.717/1998 e sua regulamentação: caráter contributivo na forma do art. 40 da Constituição da República; cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargo efetivos, a militares e a seus respectivos dependentes; existência de conta de regime próprio de previdência social, distinta da conta do Tesouro.
- ❺ A partir de 1.º/1/2003, para a emissão do CRP aos regimes próprios, passará a ser avaliado o critério relativo à vedação de concessão de benefícios distintos do RGPS, ressalvados os previstos no art. 40 de Constituição da República.

QUESTÃO 10

Acerca da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) e das mutações do patrimônio líquido de uma determinada empresa, julgue os itens a seguir.

- ❶ A elevação do capital circulante líquido em determinado período, evidenciada na DOAR, não implica que o ativo circulante líquido de final de período da empresa objeto da demonstração seja positivo.
- ❷ A constituição de reserva de lucros a realizar somente pode ser aprovada no período em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos da Lei das S.A., ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.
- ❸ Os prejuízos do exercício serão obrigatoriamente absorvidos pelos lucros acumulados e reservas de lucros. Quando ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, os prejuízos poderão ser absorvidos pelas reservas de capital.
- ❹ O aumento da reserva de capital de ágio na emissão de novas ações, em função de novos recursos ingressados na empresa, não deve aparecer como origem de recursos na DOAR, mas como aplicação.
- ❺ O lucro líquido de um período e a despesa de depreciação formam uma das aplicações de recursos da DOAR.

QUESTÃO 11

balanço patrimonial – 31/12/2000 (em R\$ mil)			
ativo		passivo	
circulante	323.900	circulante	174.420
caixa e bancos	72.500	fornecedores	58.500
contas a receber	135.600	pessoal e encargos a pagar	18.300
estoque de mercadorias	82.600	tributos a pagar	15.620
adiantamentos	25.000	aluguéis e seguros a pagar	15.000
despesas do período seguinte	8.200	dividendos	12.000
realizável a longo prazo	12.500	empréstimos	55.000
empréstimos	12.500	resultado de exercício futuro	5.500
permanente	158.100	patrimônio líquido	314.580
investimentos	10.000	capital social	200.000
imobilizado	145.350	reservas de capital	12.000
diferido	2.750	reservas de lucros	45.000
		lucros acumulados	57.580
total	494.500	total	494.500

Julgue os itens a seguir, considerando o balanço patrimonial de determinada empresa, apresentado acima.

- ❶ De acordo com os princípios de contabilidade, na avaliação dos empréstimos registrados no realizável a longo prazo, é admitido o aumento do custo de aquisição acima do limite do valor do mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros a incorrer.
- ❷ Ao se analisar isoladamente o registro da despesa de depreciação do ativo imobilizado, é possível verificar se houve aumento do ativo total e, conseqüentemente, do patrimônio líquido da empresa.
- ❸ Se a empresa com finalidade mercantil estivesse operando com resultado positivo no período, uma operação de venda a prazo ao preço de R\$ 100 mil, com o reconhecimento de um custo de mercadorias vendidas de R\$ 60 mil, acarretaria um aumento do patrimônio líquido em um valor inferior a R\$ 40 mil, no mínimo, em razão dos efeitos tributários sobre o lucro.
- ❹ Os dividendos constantes do passivo do balanço acima apresentado devem corresponder ao saldo a pagar, já contemplado o do exercício em consideração, pois a administração da companhia deve preparar o balanço com o registro desses dividendos no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.
- ❺ A liquidação dos empréstimos existentes no passivo circulante com as disponibilidades levaria a uma redução simultânea dos totais de ativo e passivo, sem alterar, nesse momento, o valor de patrimônio líquido da companhia.

QUESTÃO 12

Acerca da contabilidade de entidades fechadas de previdência privada (EFPPs), julgue os itens a seguir, tendo como base a Portaria MPAS n.º 4.858/98.

- ❶ Na existência de resultado devedor no programa administrativo, a entidade não poderá utilizar-se de saldo credor do fundo administrativo previdencial ou assistencial.
- ❷ As despesas administrativas comuns a todos os programas deverão ser apropriadas de forma direta e objetiva, impedindo-se o rateio, entre a administração previdencial, a administração assistencial e a administração dos investimentos, a fim de destacar o real custo de cada programa.
- ❸ Caso a entidade possua valores registrados no ativo permanente, que é uma aplicação típica do programa administrativo, ela deverá obrigatoriamente possuir, no seu passivo, na rubrica fundo administrativo previdencial e(ou) assistencial, valor, no mínimo, equivalente ao registrado naquele ativo.
- ❹ Para que se possa evidenciar de fato o montante necessário à gestão administrativa da entidade, tirar conclusões e avaliações, e traçar objetivos e metas, as EFPPs deverão apropriar, mensalmente, todos os seus custos administrativos com base no princípio contábil da competência de exercício.
- ❺ As despesas necessárias à administração e ao controle dos investimentos poderão ser custeadas pelo programa de investimentos, impedindo-se, no entanto, a transferência interprogramas.

QUESTÃO 13

Acerca de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Se um auditor for contratado após o encerramento do exercício e não conseguir firmar opinião acerca da existência física de estoques, deverá sempre ser aplicado o parecer com abstenção de opinião.
- ❷ Nos casos de primeira auditoria de uma entidade que divulgue, para fins de comparação, os valores relativos ao exercício anterior, o auditor deve, no parágrafo referente à identificação das demonstrações contábeis examinadas, fazer menção exclusiva ao exercício examinado e destacar, em parágrafo específico, o fato de que as demonstrações contábeis do exercício anterior não foram examinadas por auditores independentes, expressando a abstenção de opinião sobre elas.
- ❸ Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor independente considera inadequadas e insuficientes, para a total compreensão por parte dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.
- ❹ O uso do trabalho dos auditores internos deve ser avaliado quando da contratação dos serviços do auditor independente, e, ao elaborar o seu planejamento, o auditor independente deve ter noção clara do envolvimento com a auditoria interna da entidade a ser auditada, do nível de coordenação e colaboração a ser adotado e do tipo de trabalho que a auditoria interna vai realizar como suporte ao auditor independente.
- ❺ O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis, representando garantia de viabilidade futura da entidade ou um tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.

QUESTÃO 14

Julgue os itens seguintes, relativos à auditoria interna e independente, ao campo de atuação da auditoria e aos relatórios de recomendação.

- ❶ A auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer acerca da adequação dessas demonstrações, consoante os princípios fundamentais de contabilidade, as normas brasileiras de contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.
- ❷ Fazem parte do relatório longo de avaliação de controles internos, no mínimo, as demonstrações contábeis de encerramento de exercício, com todas as notas explicativas, preparadas pelos auditores independentes.
- ❸ As auditorias interna e independente atuam sobre os sistemas e processos, analisando e avaliando níveis de risco e propondo medidas corretivas e evolutivas, visando garantir a sua confiabilidade e permitir que as informações internas e externas possam ser claras e confiáveis, para utilização adequada por parte dos diversos usuários.
- ❹ O auditor independente não poderá expressar opinião acerca das demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, mesmo que tenha emitido opinião relativa às demonstrações contábeis originais.
- ❺ Os procedimentos de auditoria independente são o conjunto de técnicas que permite ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião acerca das demonstrações contábeis auditadas, sem abranger, no entanto, testes de observância.

QUESTÃO 15

Com relação a auditoria, técnicas de auditoria e amostragem, julgue os seguintes itens.

- ❶ O auditor não deve considerar em seu parecer os efeitos decorrentes de transações e eventos subsequentes ao encerramento do exercício, mesmo que sejam relevantes ao exame das demonstrações contábeis, podendo, no entanto, mencioná-los.
- ❷ O auditor independente deve obter carta que evidencie a responsabilidade da administração quanto a informações e dados, e a preparação e apresentação das demonstrações contábeis submetidas aos exames de auditoria.
- ❸ Na determinação da amostra, o auditor deve levar em consideração a população objeto, a estratificação e o tamanho da amostra, bem como o risco da amostragem, o erro tolerável e o erro esperado.
- ❹ Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
- ❺ As estimativas contábeis são de responsabilidade dos auditores internos e independentes e se baseiam em fatores objetivos e subjetivos, requerendo julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

QUESTÃO 16

Considerando uma determinada indústria que produz e vende à vista 100.000 unidades por mês de um produto, com custo variável unitário de R\$ 0,20 e custo fixo mensal de R\$ 100.000, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Se a referida indústria praticar um preço de venda de R\$ 2,00 a unidade, líquido de tributos, seu ponto de equilíbrio da produção estará entre 50.000 e 60.000 unidades por mês.
- ❷ A elevação do volume produzido e vendido, até o limite da capacidade instalada, em uma empresa que opera com margem de contribuição positiva, reduz sua lucratividade.
- ❸ Ao preço de venda unitário de R\$ 1,50, líquido de tributos, a margem de contribuição unitária da indústria referida estaria abaixo de R\$ 1,00.
- ❹ O custo fixo mensal pode ser visto como um custo de capacidade e os custos variáveis podem compreender matéria prima e mão-de-obra.
- ❺ Na situação considerada, caso a empresa aumente o volume mensal produzido, o custo fixo unitário tenderá a aumentar.

RASCUNHO

QUESTÃO 17

balanço patrimonial – 31/12/2000 (em R\$ mil)			
ativo		passivo	
circulante	323.900	circulante	174.420
caixa e bancos	72.500	fornecedores	58.500
contas a receber	135.600	pessoal e encargos a pagar	18.300
estoque de mercadorias	82.600	tributos a pagar	15.620
adiantamentos	25.000	aluguéis e seguros a pagar	15.000
despesas do período seguinte	8.200	dividendos	12.000
realizável a longo prazo	12.500	empréstimos	55.000
empréstimos	12.500	resultado de exercício futuro	5.500
permanente	158.100	patrimônio líquido	314.580
investimentos	10.000	capital social	200.000
imobilizado	145.350	reservas de capital	12.000
diferido	2.750	reservas de lucros	45.000
		lucros acumulados	57.580
total	494.500	total	494.500

Considerando o balanço patrimonial acima, julgue os itens seguintes.

- ❶ O índice de liquidez corrente do balanço patrimonial é maior que 1,92.
- ❷ O prazo médio de recebimento de contas pelas vendas, admitindo-se um volume de vendas anual de R\$ 520.000 mil e um volume médio de contas a receber igual ao saldo de final de período, é superior a 90 dias.
- ❸ O índice de imobilização de capital próprio situa-se acima de 40%.
- ❹ O índice de rentabilidade do capital próprio, assumindo um lucro líquido no período de R\$ 50.000 mil e considerando a fórmula lucro líquido sobre patrimônio líquido final, é superior a 15%.
- ❺ O índice de endividamento é inferior a 50%, considerando a fórmula passivo circulante/patrimônio líquido.

QUESTÃO 18**Quanto custa ser filiado à previdência social?**

Para os empregados com carteira assinada, inclusive o doméstico e o trabalhador avulso, o desconto do salário é feito da seguinte forma:

salário-de-contribuição empregado (R\$)	alíquota (%)	
	com CPMF	sem CPMF
até 468,47	7,65	8,00
de 468,48 até 600,00	8,65	9,00
de 600,01 até 780,78	9,00	9,00
de 780,79 até 1.561,56	11,00	11,00

Tudo o que você quer saber sobre a previdência social. Brasília: MPAS/ACS, 2002, p. 11.

Com base nas informações acima, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Para um empregado com salário-de-contribuição inferior R\$ 400,00, a diferença de contribuição sem CPMF e com CPMF é superior a R\$ 2,00.
- ❷ Considerando a alíquota com CPMF, é mais vantajoso para um empregado ter um salário-de-contribuição de R\$ 600,00 que de R\$ 600,01.
- ❸ É possível que dois empregados recebam salários-de-contribuição que difiram de apenas R\$ 0,01, mas as suas contribuições à Previdência Social difiram de mais de R\$ 10,00.
- ❹ Os dados da tabela permitem inferir que uma alíquota de 13% deverá ser aplicada sobre um salário-de-contribuição de R\$ 1.700,00.
- ❺ Se um empregado contribui com R\$ 56,00, então é porque seu salário de contribuição situa-se na faixa de R\$ 780,79 até R\$ 1.561,56.

RASCUNHO

QUESTÃO 19

Acerca do ICMS, julgue os itens abaixo.

- ❶ O ICMS incidirá sobre a mercadoria importada do exterior por pessoa física, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, cabendo o imposto onde estiver situado o domicílio do estabelecimento do destinatário da mercadoria.
- ❷ O ICMS incidirá sobre a venda de bens do ativo fixo de determinada indústria moveleira, enquadrando-se na hipótese de incidência do art. 155, inciso I, alínea b, da Constituição da República, em vista da existência de circulação de mercadoria.
- ❸ A concessão de crédito presumido, além de estar condicionado aos princípios da especificidade e da legalidade, relativo a qualquer tributo, para o ICMS, também, deverá obedecer à condição de deliberação dos estados e do Distrito Federal, na forma estabelecida por lei complementar.
- ❹ Em substituição ao regime normal de apuração do ICMS (débitos e créditos), lei estadual poderá estabelecer que, em função do porte do estabelecimento, o imposto possa ser pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa; entretanto, ao fim do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte que pagará a diferença apurada, se positiva, ou compensará com o pagamento referente aos períodos imediatamente seguintes, se negativa.
- ❺ Para o fim de restringir a aplicação da imunidade tributária de instituição de educação sem fins lucrativos, a legislação infraconstitucional pode estabelecer que o ICMS, como imposto sobre a produção e circulação, não está abrangido por tal previsão constitucional, já que o contribuinte de fato é o consumidor, sendo a instituição mero responsável pela obrigação tributária.

QUESTÃO 20

Acerca da responsabilidade, constituição, suspensão e execução do crédito tributário, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Tratando-se de autolancamento do débito fiscal, declarado e não-pago, desnecessária será a instauração de procedimento administrativo, inclusive notificação do contribuinte, para inscrição do débito na dívida ativa e posterior cobrança.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado empresário, após anos de ininterrupta sonegação fiscal utilizando-se do instrumento de notas calçadas, resolveu separar-se da esposa, que ameaçou comunicar ao fisco a sonegação, em razão do que, procurou a autoridade fazendária para efetuar, de imediato, o pagamento do tributo devido e dos juros de mora.
Nessa situação, deverá ser excluída a multa incidente sobre a sonegação em face da denúncia espontânea.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Ao adquirir bem imóvel, Fernando não se preocupou em fazer constar da escritura de compra e venda comprovante de quitação do imposto predial e territorial urbano (IPTU), apesar de ter-lhe sido apresentada tal prova. Posteriormente, comprovou-se que o tributo nunca fora pago e que o vendedor falsificara a certidão fazendária, em conluio com funcionário da receita.
Nessa situação, pode a administração responsabilizar Fernando, solidariamente, pelo pagamento do tributo.
- ❹ A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário, desde que acompanhado de depósito do montante integral do tributo questionado.
- ❺ A moratória não significa novação, ou seja, não substitui crédito tributário anterior por outro crédito novo, apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário e, quando concedida em caráter individual, apesar de gerar direito adquirido, pode ser revogada com imposição de penalidade cabível, além dos juros, se constatado que o beneficiado deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.